

1

Introdução

Recentemente, uma coletânea de poemas de Eduardo Galeano, intitulada “Mulheres”, obrigou ao investimento de prazerosas horas em sua leitura e na pesquisa sobre os fatos históricos a que o poeta faz remissão em seus escritos. *As comandantes* foi um dos poemas muitas vezes relido e que conduziu ao conhecimento de históricos momentos do povo nicaraguense. Assim, ele conta:

Às suas costas, um abismo. À sua frente e aos lados, o povo armado acossando. O quartel “A Pólvora”, na cidade de Granada, último reduto da ditadura, está a ponto de cair.

Quando o coronel fica sabendo da fuga de Somoza, manda calar as metralhadoras. Os sandinistas também deixam de disparar.

Pouco depois abre-se o portão de ferro do quartel e aparece o coronel agitando um trapo branco.

— *Não disparem!*

O coronel atravessa a rua.

— *Quero falar com o comandante!*

Cai o lenço que lhe cobre a boca:

— *A comandante sou eu* — diz Mônica Baltodano, uma das mulheres sandinistas com comando de tropa.

— *O quê?*

Pela boca do coronel, macho altivo, fala a instituição militar, vencida mas digna, hombridade de calças compridas, honra da farda:

— *Eu não me rendo a uma mulher!* — ruge o coronel.

E se rende (Galeano, 2011, p. 143, grifos do autor).

A lembrança dessa rendição aqui não é fortuita. Esse estudo é resultado de quatro anos de pesquisas e interlocução com homens e mulheres que, seja por sua inserção profissional ou por adesão voluntária — atuando como investigadores — foram mobilizados para a reflexão e crítica das relações estabelecidas entre as pessoas, tendo por base o reconhecimento social de sua identidade de gênero.

Assim, considera-se aqui como “interlocutores”, não apenas as pessoas que, muito gentilmente, compartilharam suas vivências, mas também fazem parte desse grupo, ainda que pareça óbvio, um elenco de autoras e autores que deixaram, ao longo dos anos, uma contribuição para as reflexões das muitas temáticas aqui desenvolvidas.

A constituição social do que é "ser mulher" e "ser homem" é o objeto de estudo nesse trabalho. Por meio desse, ambiciona-se contribuir para o estabelecimento de relações igualitárias entre os gêneros, realçando, em seu desenvolvimento, o estudo das masculinidades.

Convém esclarecer que essa "forma de precisar" o objeto de estudo aqui privilegiado, ainda que fazendo remissão ao "sexo feminino" e ao "sexo masculino" (notando-se que a ideia de "sexo" tem ancoragem na constituição física do ser humano), não desconsidera o fato de que as pessoas podem ser identificadas, de acordo com o seu reconhecimento de "gênero" (em que não há, necessariamente, correspondência entre características corporais e a feminilidade e a masculinidade) e, também, por sua orientação sexual. Acredita-se, igualmente, que o simplificador par "feminino-masculino" não é suficientemente abrangente para representar a diversidade das experiências humanas no que tange à constituição da identidade (por fazerem remissão a um limitado enquadramento que remete à heterossexualidade).

O estudo desse objeto de pesquisa fez-se prenhe de experiências do dia a dia, articulando-se, dessa forma, com um nível da existência humana que é inescapável. Afinal, em última instância, é da (re)produção da vida que tratar-se-á, refletindo como mulheres e homens “mostram-se”, se movimentam e laboram e o quanto os arranjos vinculados ao “ser feminino” e “ao ser masculino” comunicam os referenciais éticos da sociedade em que as pessoas vivem.

Em caráter ilustrativo, vem à mente a narrativa a seguir, referente a vivência inesperada de uma forma de cuidado e que foi de muito valor, inspirando enriquecedores *insights* sobre as temáticas que aqui serão abordadas.

* * * * *

O primeiro rancho do dia é o café da manhã: começa às 6 horas e dura 45 minutos. O curto período favorece, ainda assim, a troca de informações entre as/os acompanhantes das/dos pacientes: dados sobre a instituição, o reconhecimento de semelhantes experiências acerca dos processos terapêuticos em curso e o estabelecimento de momentos catárticos, dada a longa permanência de algumas dessas pessoas junto a seus familiares. Ocorre, também, o intercâmbio de vivências entre as senhoras que, embora não sejam enfermeiras graduadas,

realizam o acompanhamento como atividade remunerada, substituindo a parentela que não pode ali estar.

Observando-se a partir da porta do refeitório, esses acompanhantes são facilmente identificáveis: além do colorido das vestimentas que destoa do majoritário "branco" usado pelas/os profissionais, as mesas a estes destinadas, são indicadas com uma placa posta sobre a mesa e localizam-se na fileira próxima à televisão, na parte superior do salão. Há placas informando às/aos residentes onde devem realizar as refeições. Ao redor, todos os outros lugares devem ser utilizados pelas/os profissionais que ocupam postos hierárquicos elevados, já que trata-se de um refeitório próprio para os detentores de patentes superiores.

Mulheres e homens dividem os locais designados aos acompanhantes. Durante o rancho, visualmente, elas parecem estar em maior número; contudo, não se pode dizer que a presença masculina seja “rara”. Excetuando-se as acompanhantes leigas remuneradas – situação que as mulheres parecem compartilhar sozinhas -, há, por exemplo, mulheres internadas que contam com auxílio de dois homens, que se revezam para garantir a atenção e o cuidado que a paciente idosa requer. Há, ainda, homens provenientes de outros estados, principalmente das regiões Norte e Nordeste do país, realizando sozinhos tais atividades de cuidado. Nesses casos, vale ressaltar que o suporte dos demais familiares, de ambos os sexos, por vezes, segue no exterior, já que, ainda que no plano “ideal”, é necessária a criação de uma rede para viabilizar e facilitar seu afastamento do cotidiano.

A corriqueira presença dos homens como acompanhantes pode ser exemplificada em outras situações que possibilitam importantes reflexões sobre os fazeres masculinos nessa esfera, aqui rememorados.

Na Ala feminina, uma senhora, aos 88 anos, tendo dado à luz oito vezes, começou a ser acompanhada por duas filhas. Dias depois, estas acionaram um irmão solteiro, com 52 anos de idade, para aderir ao necessário revezamento no acompanhamento da mãe. O vínculo afetivo da idosa com o filho determinou a necessidade de sua estada como acompanhante: em vários momentos a convalescente chamava o seu nome. As irmãs comentavam dados da rotina familiar em que mãe e filho, que moram na mesma casa, partilhavam algumas atividades, passando muito tempo juntos: momentos de alimentação, supervisionada por ele, embora esta fosse preparada por uma cozinheira; o lazer

(assistir televisão, ouvir rádio e bater papo) e a arrumação do ambiente na hora de dormir.

Um senhor aposentado, com 62 anos, acompanha a esposa, com a qual está casado há 30 anos. Em seu relato, deixa fluir muitas histórias do hospital – instituição que frequenta há sete anos, desde que a esposa acidentou-se, fraturando o "joelho". Convivendo com a expectativa de receber alta médica, ele pernoita no leito vazio ao lado da cama da esposa, responsabiliza-se pelo seu banho e demais cuidados de higiene, argumentando que os profissionais, independentemente de serem homens ou mulheres, “são muito brutos”. Em relação ao casal de filhos que tiveram, diz que “os dois têm a sua vida” e, com a prolongada permanência no hospital, hoje mal conseguem visitar a mãe.

Já no refeitório, uma acompanhante profissional (que é enfermeira, por formação) comentava com outras senhoras a sua dificuldade em dividir o quarto com uma paciente, cujo acompanhante é o filho. Segundo ela, durante o dia “é tranquilo, porque ele sai para trabalhar”, mas à noite é “complicado”, assim como nos finais de semana. Dizia-se “indignada” com o fato de ele poder permanecer no quarto nos momentos de higiene, porque tem outra paciente no quarto e “isso é muito errado”. Ela conclui: “Não consigo entender isso, gente!”. As demais, sentadas à mesa, limitaram-se a ouvir, sem que as fisionomias denunciassem qualquer opinião sobre o assunto.

* * * * *

Essas imagens foram recolhidas pela autora, no transcurso da realização deste estudo, por ocasião de uma prolongada estada em uma instituição hospitalar, como acompanhante de sua mãe. As observações descritas foram pinçadas de um grande elenco de ocorrências correlatas que também poderiam ser lembradas e que, potencialmente, poderiam oferecer o suporte empírico para se refletir sobre as relações de gênero que este trabalho deseja enfrentar. Elas funcionaram como fontes inspiradoras para a reflexão das muitas relações possíveis entre o masculino e certos “territórios femininos”.

Assim como ocorre com algumas áreas no campo da Saúde - como a Enfermagem - o campo educacional é, eminentemente, feminino. De forma que,

as experiências dos homens que buscaram um emprego público, atuando como agentes auxiliares de creche, doravante AACs, nas instituições de educação infantil mantidas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ofereceram o pano de fundo para o desenvolvimento desse trabalho.

Esse é o contexto no qual a problemática a ser estudada se insere: o debate sobre a infância até 6 anos, intensificado a partir de 1980, possibilitou a inclusão das creches e pré-escolas no elenco de reivindicações contempladas no texto constitucional vigente. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - regulamentou a questão, instituindo a “Educação Infantil”.

Uma das repercussões dessa lei no âmbito das Prefeituras em todo o Brasil, foi a necessidade de vincular as creches aos seus sistemas educacionais. Na cidade do Rio de Janeiro, isso ocorreu em 2001: a transferência das creches situadas em diferentes comunidades – antes vinculadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS – para a Secretaria Municipal de Educação – SME.

No início de 2013, além das 1.074 escolas municipais, 455 unidades do sistema municipal de ensino carioca atendem à Educação Infantil (249 creches públicas, 108 Espaços de Desenvolvimento Infantil (EDIs), havendo 98 escolas atendendo na Modalidade Creche). Ao todo, 47.031 crianças de três meses a cinco anos e onze meses estão matriculadas nessa Rede, que é a maior da América Latina.¹

No que se refere aos profissionais responsáveis pela manutenção desse atendimento, o ano de 2008 marcou um momento de transição: foi concluído o primeiro concurso para o acesso ao cargo de *Agente Auxiliar de Creche* no Quadro de Pessoal de Apoio à Educação - passo importante para a estruturação das creches.

Segundo a Lei Municipal 3985 (Rio de Janeiro, 2005), o acesso ao cargo de Agente auxiliar de Creche dar-se-á através de concurso público e este será um profissional com nível fundamental completo que trabalhará durante 40 horas semanais para realizar, entre outras, as seguintes tarefas:

- participar em conjunto com o educador do planejamento, execução e da avaliação das atividades propostas às crianças;

¹ Dados coletados em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?article-id=96310>> Acesso: 1º de abr. 2013.

- participar da execução das rotinas diárias, de acordo com a orientação técnica do educador;
- receber e acatar criteriosamente a orientação e as recomendações do educador no trato e atendimento à clientela;
- disponibilizar e preparar os materiais pedagógicos [...]
- responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças;
- cuidar da higiene e do asseio das crianças (Rio de Janeiro, 2005).

Atualmente, há 6.661 agentes auxiliares de creche lotados na Secretaria Municipal de Educação, cuja estrutura é composta por dez Coordenadorias Regionais de Educação (CRE), conforme apêndice 1.

A inspiração para a realização dessa investigação, conhecendo as experiências desses profissionais, foi tripla: primeiramente, ressoava ainda as observações feitas ao longo do trabalho de campo realizado de março a agosto de 2005, cujos resultados foram divulgados na dissertação *O que os olhos não vêem: Prática e Políticas em Educação Infantil* (Barbosa, 2006).

Durante as visitas às instituições localizadas na área de abrangência da 1^a CRE, foram realizadas trinta e duas entrevistas (com 31 mulheres e um homem), após ter-se contactado cerca de 300 educadores, dos quais apenas 8 eram do sexo masculino. Embora nem todos tenham concedido entrevista, as conversas estabelecidas permitiram conhecer as tarefas nas quais se envolviam: um atuava como cozinheiro; outro se intitulava “pau pra toda obra” – ora atuando como eletricista, ora como porteiro, ora como zelador, atendendo a diferentes demandas do cotidiano - e os demais eram auxiliares de serviços gerais, responsabilizando-se pela limpeza.

A segunda motivação, veio por meio do partilhar de experiências de um agente auxiliar de creche que, aturdido com a perseguição de que se tornou alvo, um dia desabafou: "Hoje, quando eu estava saindo de casa para trabalhar, a diretora da creche me ligou. Disse que não era para eu ir porque elas receberam uma ligação bem cedo, me ameaçando. Diziam que se eu subisse para trabalhar hoje, não desceria vivo". É importante ressaltar que essa creche está localizada em uma favela do Rio de Janeiro, que era parte de um território dominado por grupos armados.

Esse e outros relatos de Agadir², socializados sob confiança – pois ele

² Esse nome, assim como os demais que se referem a pessoas entrevistadas ou que fizeram algum relato referente ao tema em estudo, é fictício.

aguardava o fim do estágio probatório na Prefeitura para se desvincular de um contrato temporário na empresa em que foi possível conhecê-lo – aguçaram a busca por uma literatura que contemplasse, mais detidamente, o debate sobre "gênero".

Paulatinamente, outros/as colegas de trabalho souberam do ocorrido e passaram a opinar sobre a situação do rapaz. Orientações, debates e muito apoio para que ele recorresse à Defensoria Pública para buscar o necessário respaldo para reivindicar com mais firmeza que os órgãos da Municipalidade atuassem, efetivamente, para garantir a ele, o exercício do cargo.

Em um cenário em que não foram parcias as frases incentivadoras, uma questão mobilizou mais o debate: "Eles acham que você vai fazer o quê com as crianças? Só porque você é homem?". Todos os comentários tinham por objetivo fortalecer o colega de trabalho na luta que travava por um emprego com salário fixo, ainda que este fosse o valor mínimo, a tão sonhada estabilidade no serviço público e o acesso às garantias trabalhistas.

Por último, uma ocorrência mais corriqueira adquiriu outro tom: a recepção, em poucos dias, de mais de uma mensagem por correio eletrônico, de mulheres próximas, cujas famílias estavam buscando outras mulheres para assumirem o trabalho doméstico em suas casas.

A atuação de acompanhantes, remunerados ou não, em instituições hospitalares; a necessidade de estruturação de uma instituição pública que desenvolva atividades de educação e cuidado às crianças na primeira Infância e a contratação de uma profissional para realizar os necessários trabalhos no âmbito privado, guardadas suas peculiaridades, destacam a importância das tarefas repetitivas, diárias, que concretizam o "cuidado".

A simplicidade desses três rotineiros momentos são, por certo, representativos das necessidades sociais que estão no centro da discussão sobre o que se espera, socialmente, de homens e mulheres. São momentos que também conferem visibilidade à questão das relações sociais de gênero, já que, historicamente, referem-se a tarefas que, via de regra, recaem, majoritariamente, sobre os ombros das mulheres.

Entre as três situações mencionadas, pelo menos duas (envolvendo as instituições hospitalares e educacionais) fez menção ao trabalho dos homens nessa esfera. No entanto, o estranhamento que a inserção deles causa é tamanha que,

não raras vezes, gera celeuma, forçando muitas discussões e rearranjos para que estes possam manter-se nos postos em que atuam.

Considerando-se o exposto, as diferentes experiências modeladas socialmente para mulheres e homens e o seu impacto na configuração das relações de gênero nos mais diversos contextos sociais são estudadas na presente pesquisa, tendo-se como objetivo geral compreender as bases que alicerçam a ordem sexo/gênero, analisando os empeços à sua superação.

Por “ordem sexo/gênero”, entende-se as prescrições feitas a mulheres e homens que, baseadas em um dado biológico, determinam padrões obrigatórios para a expressão da feminilidade e masculinidade sob a perspectiva heteronormativa. Tal perspectiva, para além de trazer à lembrança, aspectos referentes à expressão do desejo sexual, robustece-se com um elenco de prescrições para homens e mulheres, indicando posturas e comportamentos que lhes seriam mais adequados e que ganharam status de “normais”.

No que tange aos objetivos específicos pretende-se:

- Estudar os processos de vinculação da mulher e do homem aos assuntos que caracterizam o espaço doméstico e o espaço público, conhecendo sua influência na valorização de um ideal de feminilidade e masculinidade, com destaque para esta última;
- Conhecer as trajetórias profissionais dos agentes auxiliares de creche do sexo masculino, bem como as repercussões de sua inserção nas creches públicas cariocas, destacando-se a repactuação das relações de poder estabelecidas nesse território;
- Compreender em que medida a reflexão sobre a inserção masculina em um território feminino pode contribuir para o restabelecimento de relações de gênero historicamente assimétricas, à luz das relações estabelecidas pelos sujeitos em diferenciados cenários.

Tendo em vista a inspiração para o presente estudo - o trabalho efetivado pelos homens na esfera educacional, com criança até cinco anos de idade -, é importante frisar que nessa proposta vislumbra-se uma relação direta entre a

forma como homens e mulheres são socializados na família e na escola, bem como nos demais grupos e esferas sociais, e o total desconforto que ocorre quando um ou outro se aventura a viver uma experiência que consta de um *script* que não é o seu – como o trabalho masculino em atividades de educação e cuidado de crianças na infância bem ilustra.

Desta forma, retornando-se ao contexto das instituições de educação infantil, *locus* de atuação dos homens cujas experiências foram pesquisadas, algumas ideias norteiam a elaboração inicial realizada.

A principal formulação é que, em consequência de uma propalada preocupação com a pedofilia e a ocorrência de abusos sexuais, há uma “falofobia” que se expressa em relação à criança.

A presença dos homens nas atividades de cuidado direto com bebês, a partir dos três meses de vida, e crianças até cinco anos de idade não é vista, via de regra, com bons olhos. Há, por parte da criança, uma impossibilidade de defesa e uma ingenuidade que, associada ao afeto característico do feminino, não podem ser postas em risco, assumindo-se que as mulheres são mais confiáveis para a realização da tarefa de educação e cuidado dos pequenos.

Desta forma, evidencia-se que existem territórios nos quais as relações de poder entre os gêneros se estabelecem mais fortemente, pendendo para um dos polos. No caso das instituições de educação infantil, o predomínio é feminino, pelas razões que estudar-se-á adiante.

Grosso modo, como mencionado anteriormente, pode-se dizer que, não só a creche, mas outros estabelecimentos dedicados aos cuidados com o corpo – como os ambulatórios hospitalares e os salões de beleza - constituem-se como “territórios femininos”; os campos de futebol, os pregões da bolsas de valores e as instituições militares, forjaram-se como “territórios masculinos”.

Esses territórios forjaram “territorialidades” que expressam dicotomias sobre as quais uma e outra forma de constituir-se como sujeito – o “ser mulher” e o “ser homem” - foram elaborados ao longo dos séculos, nas sociedades ocidentais.

Desenvolve-se, assim, a ideia de que a creche é um “território feminino” porque, além das atividades de cuidado e educação estarem, no âmbito privado, a cargo das mulheres – havendo uma reatualização dessas tarefas no espaço público através da inserção das mulheres em instituições como a creche - , é no espaço de

lutas femininas e feministas que essa instituição ganha espaço no campo das políticas sociais, constituindo-se com um direito de todas as crianças, e das suas mães trabalhadoras, ainda em vias de plena efetivação.

Foi a partir dos embates dos movimentos de mulheres, na década de 1970 – cuja ação de relevo desenvolveu-se no Estado de São Paulo, mas repercutiu em vários estados brasileiros – que a creche foi fortemente pautada como uma instituição necessária, criando possibilidade para ampliar a participação feminina no mercado produtivo.

Já no final da década de 1980, cujo marco para a sociedade brasileira é a promulgação da Constituição Federal de 1988, consolida-se a noção de criança como cidadã e, assim como adolescentes e jovens, portadora de direitos. No âmbito desses direitos, se elenca a garantia de a criança ser atendida em pré-escolas e creches de qualidade – embora essas últimas não sejam de frequência obrigatória.

A inserção da creche na área educacional reforçou sua vinculação com os fazeres femininos, já que a escola - e, consequentemente, o magistério - passou, desde o final do século XIX, por um processo de feminização que caracteriza a área até os dias atuais. Nessa esfera, excetuam-se, apenas, os estabelecimentos de ensino militares e, algumas carreiras de nível superior.

Nesse sentido, Clara Araújo e Celi Scalon ao divulgarem os resultados da pesquisa *Gênero, trabalho e família em perspectiva comparada* (2005), indagam-se quanto às mudanças que podem estar ocorrendo nas famílias nas quais as mulheres “trabalham fora”.

A partir da citada pesquisa - realizada em âmbito nacional, em 2003, envolvendo duas mil pessoas maiores de dezoito anos (984 homens e 1016 mulheres) – as autoras concluíram que os homens entrevistados são “pouco permeáveis à incorporação masculina de novas atribuições na esfera do doméstico” (Araújo & Scalon, 2005, p. 23).

Constatando que “a divisão sexual do trabalho doméstico ainda continua sendo amplamente dominada pelo padrão tradicional” (Araújo & Scalon, 2005, p. 47) e o cuidado com as crianças ainda é atribuição feminina, as autoras assumem terem se surpreendido com “a elevada aceitação da ideia do homem provedor e da mulher dona-de-casa” (Araújo & Scalon, 2005, p. 67).

Nesse cenário, analisam que o oferecimento precário de creches e pré-escolas, contribui para a desvalorização dessas instituições: os indivíduos acabam por considerar que, nesses espaços, as crianças ficarão “jogadas”. Assim, “65,6% [dos entrevistados e das entrevistadas] acham que a melhor situação para uma criança de até dois anos é ficar em casa com a mãe. Nesse sentido, [há] uma forte associação entre afeto materno e cuidado direto. Ser boa mãe é, antes de tudo, cuidar dos filhos” (Araújo & Scalon, 2005, p. 50).

A ideia de que, se o homem trabalha e garante a provisão para a casa, a mulher deve fazer a sua parte cuidando do patrimônio e da família também é, contraditoriamente, desenvolvida no trabalho de Gary Barker (2008).

Tal contradição é evidenciada pelo próprio autor ao observar que “para a maioria dos jovens do sexo masculino, o trabalho ainda é a base principal de sua identidade ou o principal requisito cultural socialmente exigido para o reconhecimento de sua masculinidade adulta” (Barker, 2008, p. 188). Trabalho de pesquisa analisado por Elaine Ferreira do Nascimento faz a mesma indicação nesse sentido (2008, p. 159).

No entanto, alcançar uma boa colocação no mercado de trabalho não é uma tarefa fácil e a busca por corresponder a um certo ideal de “masculinidade” acaba por ser demonstrada em outras situações sociais, como no campo dos relacionamentos afetivos.

Envolvendo jovens com idade entre 15 e 24 anos, moradores de diferentes países (Brasil, Caribe, Estados Unidos, Nigéria e outras regiões africanas) e que se assumiram como heterossexuais, a pesquisa - realizada mais ostensivamente durante o ano de 1994 e que culminou no livro *Homens na linha de fogo* -, permitiu à Barker a constatação de que, em alguns casos, a “violência [que é injustificável] surge quando a mulher não ‘cumpre sua parte no trato’, o que inclui não tomar conta das crianças ou da casa, gastar muito dinheiro com as amigas, ou provocar suspeitas de infidelidade sexual” (Barker, 2008, p. 189).

Delineado esse quadro geral, no presente estudo, de natureza qualitativa, foram realizadas entrevistas com dezenove pessoas, entre agentes auxiliares de creche (AACs), representantes da Direção das creches e moradores do entorno das instituições de educação infantil, como representantes das associações de moradores.

A fim de garantir uma ampla participação e a oportunidade de elencar

diferentes pontos de vista, não-regionalizados por determinado bairro da cidade do Rio de Janeiro, definiu-se que todos os/as profissionais, independentemente de sua Coordenadoria Regional de Educação de lotação, poderiam participar desse estudo.

Cada profissional convidada/o recebeu a carta de apresentação constante do apêndice 2 e as questões norteadoras para a realização das entrevistas, conforme os apêndices 2A, 2B, 2C, 2D e 2E. Consubstanciando um dos interesses da pesquisa na Análise do Discurso (AD), optou-se pela análise do material cujo entrevistado/a permitiu a gravação. Assim, nove entrevistas colaboraram para a formação desse *corpus*.

É importante ressaltar que pesquisa realizada, no período de 29 de abril a 31 de julho de 2008, no *site* de relacionamentos Orkut, em uma comunidade virtual criada pelos agentes auxiliares de creche, também possibilitou o estabelecimento de contatos informais com outros homens que assumiram esse cargo. Nessas oportunidades, teve-se acesso a relatos, como os transcritos abaixo, que, de forma contundente, informam sobre dificuldades colocadas aos homens que atuam como AACs:

“Na minha creche não tem homem e as mulheres não podem nem ouvir falar nisso. Até a diretora diz que quase tem um troço só em pensar que poderia ter homem lá” (Relato de Maria).

“Não tem um dia em que não se ouça um caso de abuso. Imagina chegar na creche com a sua princesa de 4 meses e descobrir que um cara desconhecido vai dar banho nela?” (Relato de João).

“Eu não dou banho e nem ajudo as crianças na hora do número 2 [referência à limpeza da criança após a defecação] por uma questão cultural da comunidade onde trabalho que na reunião de apresentação só aceitou os homens [...] no momento em que a diretora se comprometeu de que nós não daríamos banho nas crianças” (Relato de José).

Tendo em vista o fácil acesso a esses relatos, inicialmente considerados “públicos” por estarem registrados no espaço virtual, avaliou-se como pertinente a sua inclusão no *corpus* de análise. Contudo, alterações na consideração dos atributos do que seria “publicidade” para pesquisas realizadas no espaço virtual, sem a necessidade de autorização da pessoa responsável pelos registros (Kitchin, 2003; Steinmetz, 2012) – foram elaborados em comunidades fechadas, para os quais o acesso dependia de autorização prévia, e registrados em contexto

específico em que seus autores consideravam-se protegidos entre seus pares – levaram à reconsideração dessa decisão. Por esse motivo estão aqui, apenas, brevemente mencionados, de forma que o anonimato está preservado, bem como não é possível sua localização nos *sites* de busca. Exemplos de outros aspectos comentados nessas discussões estão ilustrados no apêndice 3.

Visando ao alcance dos objetivos já explicitados, no segundo capítulo – o primeiro em que a explanação da fundamentação teórica desse estudo é feita -, discorre-se sobre as formulações que possibilitaram a recente elaboração do conceito de “gênero”, com ênfase em uma produção vinculada ao movimento feminista .

Ao tematizar sobre a trajetória dessa polissêmica categoria - objeto ainda de constante debate nas diferentes áreas de conhecimento e contando já com sugestão de “desconstrução”, como ver-se-á a partir dos estudos de Judith Butler (2008) - , assume-se a elaboração de "gênero" formulada por Joan Scott (1990) como norteadora para as reflexões aqui desenvolvidas.

Observa-se que, em aproximadamente setenta anos – de Mead a Butler, a ideia de sexo (baseado nas diferenças que o corpo ostenta e "comprova") foi virada e revirada ao avesso. De tal forma que, para além do reconhecimento da construção social do “homem” e da “mulher”, é possível, em muitos círculos, a desejada compreensão de que há possibilidades outras de vivências, além dos moldes que compõem as orientações da heteronormatividade. Essa percepção contribui para a valorização do campo da sexualidade, no qual são travadas muitas disputas, conforme as análises desenvolvidas ao longo desse estudo têm a intenção de demonstrar, por sua interface com o debate sobre gênero.

Em continuidade, passa-se ao estudo sobre a constituição de um território-escola feminino. Recorre-se, assim, à Claude Raffestin (1993), Milton Santos (1994; 2007; 2008) e Rogerio Haesbaert (2010), entre outros pesquisadores oriundos, em princípio, do campo da Geografia para estudar “território”. De outra parte, estudiosos da História da Educação auxiliam na caracterização do vínculo das mulheres ao território-escola, considerando-se, principalmente, como este se constitui no Brasil a partir do século XIX.

Cabe esclarecer que, não obstante a diversidade de instituições educativas, aduz-se, aqui, ao território-escola como *loci* de atendimento inicial às crianças de mais tenra idade nos já chamados ensino elementar, primário e, atualmente, ensino

fundamental. Atenta-se, somente, para a inclusão da Educação Infantil nesse contexto, ainda que seja fundamental compreender que, em tese, as creches não devem estar organizadas, cotidianamente, sob a rigidez de práticas e modelos escolares.

No terceiro capítulo, dialoga-se sobre o poder com Hannah Arendt (2007), Georges Balandier (1982), Nico Poulatzas (1977) e Emir Sader (1997). Em seguida, recua-se aos anos 1970, para situar, nos cursos ministrados no Collège de France (1970-1971), nas conferências realizadas no Rio de Janeiro (em 1973) e no livro *Vigiar e Punir* (lançado, originalmente, em 1975), as formulações de Michel Foucault sobre o poder e as relações que o concretiza.

Na apresentação do ideário básico foucaultiano sobre esse tema, busca-se, igualmente, a apreensão de como determinados movimentos sociais dialogaram com essa produção, com ênfase na forma como foi acolhido pelo movimento feminista.

A partir da constatação da importância que a temática do poder assumiu, faz-se um estudo sobre a análise do discurso, cuja inserção nesse trabalho imprimiu significativas marcas, não apenas de cunho metodológico.

O reconhecimento da ênfase conferida ao discurso nas reflexões de Michel Foucault se coadunou com a intenção presente desde o planejamento desse trabalho: a de extrapolar a análise dos dados aos quais se teria acesso, não recorrendo-se somente às categorias que aglutinassem um conteúdo, já deveras conhecido através das leituras e pesquisa bibliográfica e documental realizadas.

Esse esmiuçamento do conteúdo, de certa forma comprovaria tão somente certezas pré-conhecidas: há um quê fazer que, se espera, seja realizado por mulheres, em um cenário em que aos homens são negadas inserções na esfera da educação e do cuidados infantis. Essa análise, baseada no conteúdo, nas informações que seriam disponibilizadas, apesar de rica e interessante, por certo, não contemplaria aspectos julgados importantes para o entendimento dos argumentos e das situações criadas nas instituições de educação infantil, em que o debate sobre as relações de poder parece ser definidor.

De acordo com Décio Rocha e Bruno Deusdará (2005, p. 309), “o objetivo do tipo de análise preconizado pela Análise de Conteúdo é alcançar uma pretensa significação profunda, um sentido estável, conferido pelo locutor no próprio ato de produção do texto”. Nessa acepção, o/a pesquisador/a, “seria,

portanto, um detetive munido de instrumentos de precisão” (Rocha & Deusdará, 2005, p. 309), para assegurar “a descoberta do *verdadeiro significado*” (Rocha & Deusdará, 2005, p. 310).

Assim, considera-se muito fecunda a possibilidade de, através do trabalho a partir da Análise do Discurso, estudar como “os enunciados se constituem como o lugar por excelência de embates que nos levam à produção de imagens discursivas de diferentes ordens” (Rocha & Deusdará, 2005, p. 317). Dessa forma, o discurso é “o palco em que tais embates são encenados” (Rocha & Deusdará, 2005, p. 317).

Investe-se, assim, na divulgação de um breve histórico da Análise do Discurso (AD), situando-a, brevemente, no âmbito brasileiro, além de refletir-se sobre sua limitada utilização na área de Serviço Social no país. Finalizando essa terceira seção, são apresentadas proposições de Michel Foucault que podem auxiliar no trabalho em AD.

Vale realçar que, o estudo de *A Arqueologia do Saber* (2010) e *A Ordem do Discurso* (2010a)³ - além das entrevistas nas quais o autor abordou temáticas importantes sobre o poder e sobre o discurso - , comprovam o quanto o tratamento desses temas são permistos em sua obra.

Na quarta seção, discute-se “masculinidades”. Essa temática vem merecendo, cada vez mais, a atenção de todas as pessoas que labutam no âmbito dos direitos vinculados ao gênero, seja discutindo as relações de desigualdade, a violência, a conformação dos espaços público e privados, as necessárias mudanças no âmbito da domesticidade, para citar algumas frentes nas quais esse debate tem sido vitalizado.

Apesar de, seguindo a pista difundida por Foucault, não se ter a intenção de buscar nenhuma “origem fundadora” para o formato predominante na constituição do “ser homem”, tal qual ainda valorizado em alguns círculos sociais – envolvendo um misto de força, destemor e virilidade -, vai-se à história com o intuito de rever elementos importantes que auxiliam na compreensão dos ideais de masculinidade. Situa-se, em breves momentos, o quanto a feminilidade também se constitui como um contraponto, e de forma complementar, a esse modelo. Por meio do conteúdo abordado nesse capítulo, é possível conhecer elementos da

³ O livro *A Arqueologia do Saber* foi editado, pela primeira vez, em 1969; *A Ordem do Discurso* foi lançado em 1971.

constituição do discurso predominante, bem como discursos que emergem, em contraposição ao que se espera sobre “tornar-se homem” e “tornar-se mulher” nas sociedades ocidentais (muito embora cada sociedade desenvolva-as com certas particularidades).

Autores cujas obras já fazem parte do que é classicamente estudado também marcam aqui presença: R. W. Connell (1997, 2001), Miguel Vale de Almeida (1995), George Mosse (2000), Elizabeth Badinter (1993), entre outros; além de Sócrates Nolasco (1995) e Pedro Paulo de Oliveira (2004), entre os pesquisadores nacionais.

No capítulo que antecede as “Considerações Finais” revive-se o trabalho realizado no Campo, quando as dez Coordenadorias Regionais de Educação foram visitadas, bem como as vinte e duas creches cujos educadores, além dos pais e moradores da comunidade, foram convidados a falar sobre a participação masculina na creche, desenvolvendo as tarefas como AACs.

Tendo em vista a estrutura do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social desse Departamento de Serviço Social, o estudo desenvolvido inscreve-se na linha de pesquisa “Questões sócio-ambientais, urbanas e formas de resistência social” que acolhe pesquisas focadas no debate das relações de gênero, tendo em vista a articulação desse tema com o exercício da cidadania e a premente busca pela efetivação de direitos sociais.

Embora as relações de gênero venham ganhando espaço na área de Serviço Social desde os anos 1980 (Veloso, 2000), o campo ressente-se da limitada oferta de trabalhos que articulem esse debate aos estudos sobre a atuação feminina junto à infância e, principalmente, sobre os estudos referentes às masculinidades.

Levantamento de teses defendidas no período de 1998 a 2008 demonstra em que cursos a temática “masculinidade” havia encontrado espaço para discussão. A pesquisa, feita no Banco de Teses da CAPES, durante os meses de setembro a novembro do ano de 2009, possibilitou a localização de apenas dois trabalhos na área de Serviço Social (Bertelli, 2004; Carmo, 2008), conforme o apêndice 4 evidencia. Ressalta-se, também, trabalhos realizados por Assistentes Sociais, em Programas de Pós-Graduação vinculados a outras áreas (Nascimento; 2007).

Tendo em vista a provisoriaidade das conclusões que podem ser feitas na fervilhante seara dos direitos referentes ao gênero hodiernamente, há muito

contentamento no fato de um estudo que tematiza a desigualdade das relações de gênero, enfatizando as masculinidades, desperte o seu interesse. Oxalá, mulheres e homens que acompanhem as discussões aqui pautadas, tenham a oportunidade de, através do partilhar coletivo das dúvidas e incômodos por elas suscitadas, articularem, onde e quando puderem, formas não estereotipadas de viverem.